



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

PARECER

COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 036/2026

Processo nº 892/2026

Autoria: Prefeito Rodrigo Lemos Borges

Ementa: PL autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do exercício de 2026 e dá outras providências.

I. RELATÓRIO:

O presente expediente legislativo tem origem na iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 036/2026, com a finalidade de obter autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.

A proposição foi protocolizada em 01 de abril de 2026, sendo instruída com mensagem justificativa que detalha a necessidade da medida, especialmente em razão da inexistência de dotação específica para determinada despesa no orçamento em vigor.

Após o recebimento, seguiu o fluxo ordinário de tramitação, com remessa à Secretaria Legislativa e posterior inclusão na pauta da 9ª Sessão Ordinária do exercício, momento em que foi submetida à leitura em plenário.

Na sequência, o processo foi encaminhado às comissões permanentes, cabendo a esta Comissão de Redação e Justiça a análise quanto à conformidade jurídica da matéria.

Do exame dos autos, verifica-se que o projeto propõe a abertura de crédito no valor de R\$ 100.000,00, destinado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com a correspondente indicação da fonte de recursos, mediante anulação parcial de dotação orçamentária vinculada à Secretaria Municipal de Obras.

A justificativa apresentada pelo Executivo esclarece que a medida visa suprir omissão identificada na elaboração da peça orçamentária, especialmente no que se refere à necessidade de repasse financeiro ao CONDESUL, entidade da qual o Município participa e perante a qual possui obrigações institucionais.

Com essas considerações, a matéria é submetida à análise desta Comissão.

É o relatório.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

II. VOTO DA PRESIDENTE:

Cumpra, inicialmente, consignar que o presente voto é proferido pela Presidência desta Comissão, tendo em vista a ausência da Relatora na reunião deliberativa, circunstância que impôs a necessidade de manifestação direta para formação do entendimento do colegiado.

Superada essa observação, passa-se à análise da proposição.

A abertura de crédito adicional especial, como instrumento de adequação orçamentária, encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente quando destinada a suprir lacunas ou insuficiências identificadas na Lei Orçamentária Anual. Trata-se de mecanismo previsto na legislação financeira, que permite ao ente público ajustar sua programação diante de necessidades supervenientes ou não contempladas inicialmente.

No caso em exame, a proposta evidencia correspondência entre a finalidade pretendida e o meio normativo escolhido. A criação de dotação específica para viabilizar o cumprimento de obrigação institucional assumida pelo Município revela-se compatível com o modelo de gestão orçamentária previsto na legislação vigente, não se configurando como inovação desconectada do sistema financeiro público.

Sob o prisma da constitucionalidade material, não se verifica afronta a princípios estruturantes da Administração Pública. Ao contrário, a medida se alinha à necessidade de assegurar a continuidade de compromissos assumidos pelo ente municipal, especialmente quando relacionados à participação em consórcios públicos, cuja atuação pressupõe cooperação entre entes federativos para execução de políticas de interesse comum.

A indicação expressa da fonte de custeio, mediante anulação parcial de dotação existente, demonstra observância ao princípio do equilíbrio orçamentário, evitando a criação de despesa sem a correspondente cobertura financeira. Esse aspecto reforça a compatibilidade da proposta com o regime jurídico das finanças públicas.

Ademais, a iniciativa parte do Poder Executivo, a quem compete a condução da política orçamentária e financeira do Município, o que afasta qualquer questionamento quanto à legitimidade da proposição sob o aspecto da iniciativa.

No que se refere à redação, o texto apresenta estrutura objetiva, com delimitação clara do objeto, especificação dos valores envolvidos e identificação precisa das unidades orçamentárias impactadas. Não se identificam ambiguidades ou inconsistências que comprometam sua compreensão ou aplicação.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Diante desse conjunto, a proposição se mostra adequada sob o ponto de vista jurídico, não havendo óbices que impeçam o seu regular prosseguimento.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Redação e Justiça, manifesta-se **favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n.º 036/2026**, registrando que a Relatora estava ausente na reunião deliberativa.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 2026.

ROSANA PINHEIRO
PRESIDENTE

ANSELMO BIGOSSO
MEMBRO

